

## ATA NÚMERO 22/XII/ 4.ª SL

Aos 10 dias do mês de dezembro de 2014, pelas 10 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

- 1. Distribuição de iniciativas legislativas;
- 2. Distribuição de iniciativas europeias;
- Discussão e votação na especialidade das seguintes iniciativas legislativas:

Proposta de lei n.º 245/XII/3.ª (GOV) - Regula as entidades de gestão coletiva do direito de autor e dos direitos conexos, inclusive quanto ao estabelecimento em território nacional e à livre prestação de serviços das entidades previamente estabelecidas noutro Estado-Membro da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu;

Proposta de Lei n.º 246/XII/3.ª (GOV) - Procede à segunda alteração à Lei n.º 62/98, de 1 de setembro, que regula o disposto no artigo 82.º do Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos, sobre a compensação equitativa relativa à cópia privada;

Proposta de Lei n.º 247/XII/3.ª (GOV) - Transpõe a Diretiva n.º 2012/28/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de outubro, relativa a determinadas utilizações permitidas de obras órfãs, e procede à décima alteração ao Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 63/85, de 14 de março;

- 4. Apreciação e votação de relatórios sobre iniciativas europeias;
- 5. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo PSD para que, no âmbito da Resolução da AR n.º 87/2014, de 29 de outubro Aprofundar a proteção das crianças, das famílias e promover a natalidade -, a 1.ª Comissão promova a realização de audições com várias entidades;
- 6. Outros Assuntos.

Aberta a reunião pelo Senhor Presidente, Deputado Fernando Negrão, e não havendo iniciativas legislativas a distribuir, procedeu-se à distribuição das seguintes iniciativas europeias:



### ATA NÚMERO 22/XII/ 4.ª SL

Título do Documento	Deputado Relator	Data-limite de envio à CAE:
Proposta de DECISÃO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que revoga determinados atos no domínio da liberdade, segurança e justiça [COM(2014)713].	Deputado Paulo Rios de Oliveira (PSD)	05.12.2015
Proposta de DECISÃO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que revoga determinados atos no domínio da cooperação policial e da cooperação judiciária em matéria penal [COM(2014)714].	Deputado João Lobo (PSD)	05.12.2015
Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que revoga determinados atos no domínio da cooperação policial e da cooperação judiciária em matéria penal [COM(2014)715].	Deputado João Lobo (PSD)	05.12.2015

No terceiro ponto da ordem do dia, procedeu-se à definição da metodologia a seguir relativamente à discussão e votação, na especialidade, das propostas de lei n.ºs 245/XII/3.ª (GOV) - Regula as entidades de gestão coletiva do direito de autor e dos direitos conexos, inclusive quanto ao estabelecimento em território nacional e à livre prestação de serviços das entidades previamente estabelecidas noutro Estado-Membro da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu; 246/XII/3.ª (GOV) - Procede à segunda alteração à Lei n.º 62/98, de 1 de setembro, que regula o disposto no artigo 82.º do Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos, sobre a compensação equitativa relativa à cópia privada; e 247/XII/3.ª (GOV) - Transpõe a Diretiva n.º 2012/28/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de outubro, relativa a determinadas utilizações permitidas de obras órfãs, e procede à décima alteração ao Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 63/85, de 14 de março.

O Senhor Presidente sugeriu a criação de um grupo de trabalho para o efeito, proposta que foi aceite por todos os grupos parlamentares presentes, passando a integrá-lo as Senhoras e os Senhores Deputados Conceição Pereira (PSD) –



### ATA NÚMERO 22/XII/ 4.ª SL

coordenadora -, Inês de Medeiros (PS), Michael Seufert (CDS-PP), Miguel Tiago (PCP) e Catarina Martins (BE). Durante o debate, usaram da palavra os Senhores Deputados Michael Seufert (CDS-PP), Inês de Medeiros (PS), Conceição Pereira (PSD), António Filipe (PCP) e Teresa Anjinho (CDS-PP). Foi igualmente decidido que o Grupo de Trabalho entretanto criado realizaria as audições que entendesse necessárias e fixou-se paralelamente um prazo de 10 dias para a entrega de propostas de alteração às iniciativas legislativas em discussão. O Senhor Deputado Michael Seufert (CDS-PP) sugeriu ainda que se ouvisse o Senhor Dr. António Vitorino, que participou num relatório europeu sobre estas matérias.

No quarto ponto da ordem do dia, foi apreciado o relatório sobre a iniciativa europeia COM(2014)199 final — Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu sobre a política da UE em matéria de regresso, que foi apresentado pela respetiva relatora, Senhora Deputada Andreia Neto (PSD). Após um breve debate, em que intervieram os Senhores Deputados Luís Pita Ameixa (PS) e António Filipe (PCP) e a Senhora Deputada Cecília Honório (BE), o relatório foi aprovado, com votos a favor do PSD, do PS e do CDS-PP e votos contra do PCP e do BE, na ausência do PEV.

No ponto seguinte da ordem do dia, procedeu-se à apreciação do requerimento apresentado pelo PSD para que, no âmbito da Resolução da AR n.º 87/2014, de 29 de outubro — Aprofundar a proteção das crianças, das famílias e promover a natalidade -, a Comissão promova a realização de audições com várias entidades. Para fundamentar a apresentação do requerimento, interveio o Senhor Deputado Carlos Peixoto (PSD), seguindo-se no uso da palavra o Senhor Deputado António Filipe (PCP), que sugeriu que, para além das seis entidades inicialmente propostas pelo PSD, se procedesse à audição do Diretor-Geral da Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT). A Senhora Deputada Isabel Alves Moreira (PS) propôs, ainda, a audição da ILGA Portugal. No final, submetido a votação, o requerimento apresentado pelo PSD, acrescido de duas novas entidades — ACT e ILGA Portugal -, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.



## ATA NÚMERO 22/XII/ 4.ª SL

No ponto reservado a outros assuntos, em resposta ao pedido de parecer da Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública sobre a proposta de lei n.º 259/XII/4.ª (GOV) — Procede à nona alteração à Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, aprovado pela Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, foi nomeado relator o Senhor Deputado Carlos Abreu Amorim (PSD).

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 11 horas, dela se tendo lavrado a presente *ata*, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 10 de dezembro de 2014

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,

(Fernando Negrão

Nota: aprovada a 07-01-2015



## ATA NÚMERO 22/XII/ 4.ª SL

### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Andreia Neto

António Filipe

Carlos Peixoto

Cecília Honório

Fernando Negrão

Filipe Neto Brandão

Francisca Almeida

**Hugo Lopes Soares** 

Hugo Velosa

Isabel Alves Moreira

Isabel Oneto

João Lobo

Jorge Lação

José Magalhães

Luís Pita Ameixa

Paulo Rios de Oliveira

Paulo Simões Ribeiro

Teresa Anjinho

Ana Sofia Bettencourt

Carlos Abreu Amorim

Margarida Almeida

Maria Conceição Pereira

Michael Seufert

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

José Luís Ferreira Telmo Correia Teresa Leal Coelho

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

António Gameiro Maria Paula Cardoso